

CULTURA E CIÊNCIA

N.º 9 – ano de 2007

**CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
2007**

A ARTE RUPESTRE DE VILA NOVA DE FOZ CÔA UM REGRESSO AOS IDOS DE 1995

Pelo: Coordenador da Revista CÔAVISÃO

Desfolhando novamente umas quantas folhas de *A PHALA* (1995 – reedição – nº. 43) editada pela Assírio e Alvim, achámos que passados 12 anos seria conveniente reler e lembrar alguns pontos de polémica e discussão, seleccionar dois ou três artigos mais sensíveis e publicá-los neste número da Revista CÔAVISÃO (ano de 2007).

Escolhemos, até pela sensibilidade e também pelos laços que unem os autores a estas terras, o artigo do *Senhor Prof. Dr. Vítor Oliveira Jorge* com o título “COMPROMISSO COM O CÔA”, o artigo do *Senhor Dr. Emílio Mesquita* com o título “À ESPERA DOS PATOS!” e o do *Senhor Prof. Dr. Gaspar Martins Pereira*, com o título “REGRESSO AO DOURO”.

Relendo e colocando à discussão as temáticas destes artigos poderão os nossos leitores revisitar os já longínquos tempos das lutas do Côa (no bom sentido, claro está), fazer uma análise crítica colocando, ao mesmo tempo, em leitura, esses tempos e os actuais, o que se disse e o que se fez, o que se defendia e o que se defende, lançando na praça pública a problemática em relação ao futuro: das gravuras, da região, do desenvolvimento sustentado, das fronteiras entre a utopia e a realidade.

REGRESSO AO DOURO

Gaspar Martins Pereira (Historiador)

Pelo Douro fora, desde os barrancos de Miranda, ou nos vales que descem das terras transmontanas e beirãs, há uma história de milénios. Poderá evocar essa memória de segredos antigos quem se remeter ao silêncio entre os fraguados das margens do rio e percorrer o olhar pelas encostas de xisto, quilómetros de muros de socacos a perder de vista noutras encostas, milhares de vidas gastas a erguê-los. Ou seguir pelas calçadas velhas que ligam as aldeias entre os cerros de flora agreste, caminhos gastos, com marcas fundas de rodeiros, sabe-se lá de que tempo, casebres abandonados, paredes que falam do destino dos homens. Valerá a pena aproveitar as pousas de andarilhos e aprender histórias de pedras que vêm do princípio do mundo, só os mais velhos as sabem e contam a quem souber ouvi-los. Por todo o Douro, as histórias repetem-se. Dos romanos ou dos mouros, quer dizer muito antigas, ninguém liga aos pormenores e ninguém sabe quem as inventou. Nem interessa. São histórias do rio e de naufrágios, túneis que ligam os castelos das margens, peripécias de batalhas e chacinas, tesouros escondidos, mouras encantadas que penteiam nas fontes cabelos de ouro em manhãs de S. João, invasões de formigas vorazes que obrigaram as aldeias a mudar de sítio... São lendas, romances e crenças que o imaginário popular faz transmitir de geração em geração, milénios de história que ainda se ouvem, por vezes em versões distintas. Como a lenda de Santo Apolinário – ou será S. Zenão? – bispo da cidade visigótica de Calábria, amarrado pelos conquistadores sarracenos a dois touros que o arrastaram pela encosta e passaram o rio para Urros. Não! Não foi assim! Havia um túnel que ligava as duas margens do Douro, tanto que a fonte jorra água barrenta, quando o rio vai turvo, porque o tal túnel foi inundado... São fragmentos dispersos de um passado mais ou menos longínquo, nem sempre confirmados por descobertas de arqueólogos ou pelos escritos que se vão desempoeirando das bibliotecas e arquivos. Histórias intemporais e anónimas que se colam por vezes à toponímia ou a vestígios que ainda existem – Alpajares, Muxagata, Pala-Pinta, Cabeça de Mouro, Castelo Velho, Curral das Letras... A região do Douro é toda ela um vasto património natural e histórico, provavelmente o único que Portugal tem para deslumbrar o mundo. Gravuras e pinturas rupestres, esculturas zoomórficas ou antropomórficas, antas, palas e menhires, mamoadas, estelas funerárias, lagares e *dollia* romanos, castros e atalaias roqueiras, castelos medievais, pontes e capelas e fontes românicas ou góticas, igrejas renascentistas ou barrocas... E um vinho único, que encerra séculos de saber e arte e trabalhos, que inscreveu na paisagem duriense um monumento grandioso...

O património histórico do Douro assume hoje uma nova dimensão, após a descoberta de gravuras paleolíticas nas fragas do vale do Côa. Não se trata só de obras de arte de valor universal. É todo o vale, ainda em grande parte por estudar, que nos fala de uma relação que os homens de há vinte milénios mantinham com a natureza. Não é preciso ser arqueólogo para sentir como que um regresso à ambiência misteriosa deste lugar sagrado que nos remete ao silêncio. A sua destruição será, por isso, a perda de um pouco de nós mesmos.

Porque essa perda não será apenas a de um valioso recurso turístico-cultural, mas sobretudo a de um valor da memória colectiva da humanidade. Insubstituível.

Regressar ao Douro é sempre uma viagem no tempo. É como se a terra, o rio e os amigos que aqui resistem à tentação de partir arrastassem a memória dos homens que gravaram no xisto essa outra obra de arte, erguendo milhares de quilómetros de geios nas encostas íngremes e plantando as videiras que produzem o *porto. Vinho do Porto, generoso ou fino*, tanto faz. O certo é que foi e continua a ser produto-chave da economia nacional e ainda mais um valor simbólico que distintamente representa a portugalidade no mundo. Este vinho, que deu origem, em 1756, à primeira região demarcada, é também uma obra anónima. Da gente do Douro que sempre viveu com a vinha nos olhos e na alma mas também dos galegos das empreitas, dos carreiros minhotos, dos arrais e marinheiros que traziam rio abaixo, até ao Porto, milhares de pipas nos rabelos, dos homens que desciam em rogas da terra fria transmontana ou beirã para as vindimas, dos negociantes portuenses e ingleses.

De regresso ao Douro, pelo caminho-de-ferro que leva ao Tua e daí ao Pocinho – até quando? – perde-se o olhar entre o rio e as margens. Misturam-se na memória histórias submersas. Como as folias na Quinta da Valeira, “a Roma do vale”... Ou as imagens titânicas da reconstrução do Douro vinhateiro no tempo da filoxera, que Sousa Costa nos narra, por estas bandas, na *Ressurreição dos Mortos*... Ou ainda as peripécias fantasiosas que envolveram o naufrágio do barão de Forrester no Cachão e outras tragédias que perderam gente de que ninguém sabe o nome, em tempos em que o rio corria aqui violento entre a penedia escarpada, e S. Salvador do Mundo não podia valer a todos... Agora é diferente. A albufeira veio transformar o rio num enorme espelho de água que amplia as margens.

O comboio atravessa depois para a margem sul pela oblíqua ponte da Ferradosa. Entramos no concelho de Vila Nova de Foz Côa. Surgem quintas famosas, pioneiras da extensão do vinhedo no Douro Superior. Vargelas, depois os “sete montes e trinta vales” da Quinta do Vesúvio, feita “para príncipes, sem cálculo nem medida”... Por todo o lado, a memória de D. Antónia, “a Ferreirinha”.

O concelho de Vila Nova de Foz Côa não é, como aliás todo o Douro Superior, uma área tradicional de grandes vinhedos. De facto, a demarcação pombalina excluía todo o território a montante do Cachão da Valeira. Mesmo depois de destruída a cachoeira que impedia a navegação dos rabelos para cá do Tua, em 1792, a passagem não se fazia sem sobressaltos. Apesar disso, alguns comerciantes, como António Bernardo de Brito e Cunha ou António Bernardo Ferreira, investiram nesta área desde o primeiro quartel do século XIX, aproveitando o afrouxar do poder da velha Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Introduzidos clandestinamente, mas sem dificuldades, na região demarcada (só o Vesúvio produzia, em 1838, mais de 500 pipas), estes vinhos depressa se tornaram reputados no mercado inglês. Porém, só depois da invasão da filoxera na área demarcada tradicional, nos anos sessenta e setenta do século passado, num período de liberdade comercial, e sobretudo após a construção da linha do Douro que chegará à fronteira em 1887, é que se assistirá à expansão em grande da viticultura em todo o Douro Superior. Foz Côa assume então um lugar de relevo na nova carta vitícola regional. Entre todas as quintas que surgem nessa época sobressai a do

Monte Meão, fundada por Francisco José da Silva Torres, segundo marido da “Ferreirinha”. Com cerca de 600 hectares comprados, entre 1877 e 1879, em hasta pública ao concelho – eram várias dezenas de parcelas baldias – a quinta chegou a empregar mais de mil trabalhadores em 1887, só concluída em 1896, ano da morte de D. Antónia.

Hoje, Foz Côa, com todas as suas 17 freguesias integradas na Região Demarcada do Douro, contribui para uma parte significativa da produção, quer de “vinhos do Porto”, quer de vinhos com a denominação de origem “Douro”. O concelho integra algumas das mais importantes quintas da região, que se destacam pelos seus vinhos de grande qualidade. Desde 1953, produz-se aqui, na Quinta do Monte Meão, em anos e condições excepcionais, segundo o processo concebido por Nicolau de Almeida, o mais célebre vinho de mesa português – o “Barca Velha”.

Mesmo em excursão breve como este seria impossível ignorar a importância da belíssima Quinta da Ervamoira, entre Chãs e Muxagata, que corre o risco de ficar submersa pela albufeira do Côa. A Ervamoira não é uma quinta qualquer, como por vezes se ouve dizer aos defensores da barragem. De plantio recente, constituiu uma experiência pioneira no domínio da viticultura duriense e é já um marco fundamental na história do vinho do Porto. Com o rigor técnico, a experiência e o conhecido amor pelo Douro que José António Ramos Pinto Rosas e João Nicolau de Almeida lhe dedicaram, foi organizada de maneira exemplar, tanto na escolha dos terrenos, como na armação das vinhas (plantio vertical), na selecção de castas, por blocos), na mecanização de diversas operações de granjeio e enológicas. O resultado alcançado é um rendimento excepcional, com custos menores que em qualquer outra exploração vitícola duriense, e simultaneamente uma elevada qualidade desses vinhos.

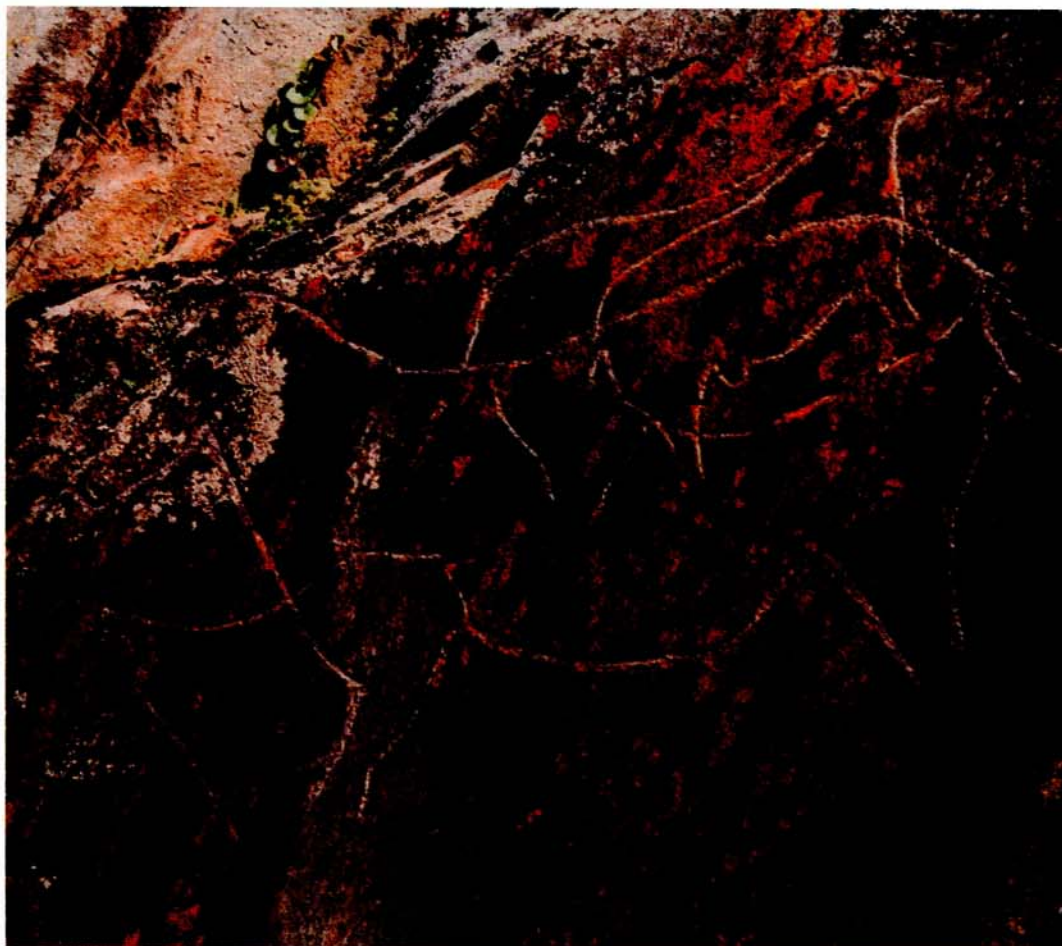
Muitos fozcoenses continuam a denominá-la Quinta de Santa Maria, nome da velha propriedade cerealífera da família Botto. Ervamoira é, de facto, nome recente. Veio com o fundador da nova exploração vitícola, José António Ramos Pinto Rosas, que comprou a quinta em 1974 para a empresa exportadora a que presidia, e foi com esse nome que se tornou conhecida entre os apreciadores de vinhos. De facto, a escolha foi quase accidental. Quando pretendeu registar a denominação de “Quinta de Santa Maria” para poder comerciar os seus vinhos, José António Rosas descobriu que já existia um registo anterior com o mesmo nome a favor da firma Cockburn. Pouco depois, em 1982, era publicado em França, o romance histórico *Ervamoira*, da autoria de Suzanne Chantal, profunda conhecedora da história Portuguesa e uma das grandes escritoras do seu país, galardoada três vezes pela Academia Francesa. O romance de Chantal transporta-nos pelos meandros da produção e negócio do vinho do porto, em torno da saga de várias gerações da família Castro Avilez, entre 1809 e 1967. Muitas das cenas passam-se no Porto ou numa quinta que a autora situa no exacto local da Quinta de Santa Maria. José António Rosas não queria acreditar. Imediatamente escreveu a Suzanne Chantal, pedindo-lhe autorização para utilizar o nome do romance como designação comercial da quinta. Estava finalmente encontrado o nome que tanto procurara – *ervamoira*, nome de uma pequenina planta de flor branca que cresce espontaneamente por todo o Douro, curiosamente também chamada *erva-de-Santa-Maria*.



No ano de 1995, no sítio da Canada do Inferno, no rio Côa



Foto tirada no ano de 1995 ao rio Côa, no sítio da construção da Barragem



Gravuras paleolíticas do Vale do Côa